

1  
2  
3 **Presidência da República**  
4 **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

5 **Ata da 175ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do**  
6 **Adolescente - CONANDA**  
7

8 Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala  
9 quatrocentos e vinte e cinco do anexo II do Ministério da Justiça, na Esplanada dos  
10 Ministérios em Brasília, foi realizada a centésima septuagésima quinta Reunião  
11 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a  
12 Presidência do Sr. Fábio, Vice Presidente do CONANDA e com a presença dos  
13 seguintes **Conselheiros: Representantes Governamentais Titulares:** Alessandro  
14 Ferreira dos Passos – Casa Civil; Francisco Antonio de Sousa Brito – suplente; Marcelo  
15 Simon Manzatti – Ministério da Cultura; Danielle Firmiano dos Santos Gruneich –  
16 Ministério do Esporte; Eduardo Basso – MPS; Maria de Lourdes Magalhães – suplente  
17 Ministério da Saúde; Mauro Ceza Nogueira do Nascimento – SPI; Cicera Bezerra de  
18 Moraes – suplente/SPDCA. **Representantes de Órgãos Não Governamentais Titulares:**  
19 Miriam Maria José dos Santos – Inspetoria São João Bosco Salesianos; Fábio Feitosa  
20 da Silva – UBEE; Raimunda Núbia Lopes da Silva – CUT; Andréa Franzini – CNBB,  
21 Pastoral do Menor; Helen Crystine Corrêa Sanches – ABMP; Maria Julia Rosa Chaves  
22 Deptulski – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves –  
23 Movimento Nacional de Direitos Humanos; Maristela Cizeski – Organização de Ação  
24 Social/CNBB; Tiana Sento Sé – IBISS. **Representantes de Órgãos Não**  
25 **Governamentais Suplentes:** Andréa Aparecida Nezio Paixão – Federação Brasileira  
26 das Associações Cristãs de Moços, Mary Caetana Aune Cruz – Assembléia Espiritual  
27 Nacional dos Bahá'is do Brasil; Aracélia Lúcia Costa – Federação Nacional das  
28 APAE's. O Sr Fábio iniciou a reunião solicitando que os participantes se  
29 apresentassem informando a instituição que pertencia. Aproveitando a oportunidade, o  
30 Sr. Benedito dos Santos, Secretário Executivo, justificou a falta da conselheira Rosiléia,  
31 representante do MEC e registrou a presença dos suplentes. **Item I – Aprovação da**  
32 **Pauta.** O Presidente Fábio apresentou a pauta para ser aprovada informando que no  
33 dia quinze já havia acontecido a reunião do GT Cidade dos Direitos da Criança e do  
34 Adolescente, no dia dezesseis aconteceram as reuniões do GT Conselhos Tutelares,  
35 da Comissão Organizadora da oitava Conferência, GT da Aprendizagem, no período da  
36 manhã de hoje teve a reunião da Mesa Diretora e a reunião das Comissões, abrindo  
37 neste momento a Plenária, para prosseguir com a votação das atas. Encaminhamentos  
38 do GT Conselhos Tutelares: Debate sobre a natureza, papel e atribuições dos  
39 conselheiros tutelares, Debate sobre os temas selecionados do documento  
40 "Orientações para o abrigo ..." e estratégias plenárias conjunta com o CNAS e no  
41 dia dezoito pela manhã, a Plenária conjunta do CNAS/CONANDA, Debate do PNDH,  
42 Apresentação do Plano Emergencial do Sistema Sócioeducativo do Estado do Espírito  
43 Santo pelo Dr. Ângelo Roncari de Ramos Barros, Secretário de Justiça do Estado e  
44 Deliberações das Comissões. A pauta teve dois pontos de alteração que foi em relação  
45 a organização da conferência Nacional de Segurança Pública, solicitando quinze  
46 minutos antes do início da plenária para repassar material e colocar alguns pontos  
47 importantes e o outro ponto em relação a aprovação das atas que foi sugerido deixar  
48 para o dia seguinte para que os conselheiros pudessem apreciar antes e voltarem  
49 apenas com os destaques. Foi informado que em relação as atas em atraso, seriam  
50 aprovadas aos poucos pois estavam sendo elaboradas por um consultor que  
51 encaminhará para serem analisadas. **Item II - Encaminhamentos do GT Conselhos**  
52 **Tutelares: Debate sobre a natureza, papel e atribuições dos conselheiros**

53 **tutelares** – A Dr<sup>a</sup> Glícia informou que o GT concluiu em parte, a elaboração do PL dos  
54 Conselheiros Tutelares e serão acrescentadas algumas contribuições pelos dois  
55 promotores que estavam no GT, Murilo e Otto para depois ser encaminhado e  
56 socializado com todos os conselheiros. Alguns pontos foram objeto de discussão,  
57 inclusive divergência do grupo, pelo fato de não haver até o momento uma definição  
58 mais exata da figura do Conselheiro Tutelar a exemplo da natureza jurídica. A  
59 Conselheira Tiana complementou dizendo que ficou encaminhado na última plenária,  
60 uma oficina para se discutir a natureza dos Conselhos Tutelares, da Resolução que  
61 será colocada em votação, já tendo recebido algumas contribuições e apresentar a  
62 minuta do PL. Em relação a PEC, foi sugerido que o seu defensor, Dr. Otto, faça na  
63 plenária, uma defesa. O Secretário Benedito dos Santos propôs reverem a proposta de  
64 Conselhos Tutelares, que na revisão do modelo tem uma discussão, que ao seu ver, o  
65 CONANDA deveria se apropriar, uma delas é sobre a natureza jurídica que tem duas  
66 grandes linhas: a reafirmação dos Conselhos Tutelares como órgãos públicos  
67 comunitários de participação através da eleição e outra, que eles sejam órgão de  
68 estrutura de Estado com concurso público. A conselheira Júlia ressaltou que o  
69 CONANDA deliberou um grupo de trabalho para discutir uma Resolução do  
70 CONANDA. A respeito disto, nada foi discutido no sentido de se pensar um projeto de  
71 lei para essas mudanças e sugeriu que o Conselho deveria agir por partes e que se  
72 alguém tivesse uma proposta de PEC, que trouxesse para o CONANDA para ser  
73 discutida como Conselho. O encaminhamento foi de que na próxima plenária terão  
74 duas decisões. Uma é aprovar a Resolução e a outra é avaliar o texto do PL para ver  
75 se já poderá ser enviado para consulta pública e havendo necessidade de uma PEC,  
76 chamar o Dr. Otto. **Debate sobre os temas selecionados do documento**  
77 **“Orientações para o abrigamento ...” e estratégias plenárias conjunta com o**  
78 **CNAS – Comissão de Políticas Públicas.** O relator informou que a comissão refletiu  
79 sobre os temas tendo dois de discussão principal que é o tema da equipe mínima e do  
80 pagamento da família acolhedora. A idéia da comissão é que o Conselho aprove e vote  
81 junto ao CNAS, o documento que já existe retirando os dois pontos e na próxima  
82 assembléia discutir e solucionar os pontos específicos para não atrasar o processo. A  
83 proposta foi aprovada. A conselheira Glícia questionou sobre o andamento e em que  
84 situação se encontrava o Fórum Nacional do DCA, se o convênio foi assinado, ao que  
85 o Secretário Benedito dos Santos esclareceu que foi completamente liberado embora  
86 tenha ficado travado algum tempo. O Presidente Fábio informou que sobre a nota  
87 pública do PL da Agência Nacional, não foi votado porque houve um pedido de vistas,  
88 tendo sido retirado. Um outro informe da Comissão de Ação Parlamentar feito pela  
89 conselheira Helen da ABMP sobre a PEC 20 que trata da redução da maior idade penal  
90 e a emenda proposta pelo senador Magno Malta foi rejeitada. A conselheira Júlia  
91 solicitou que a Comissão de Direitos Humanos fizesse uma discussão sobre o fuso  
92 horário único. Retomando a Plenária no dia dezoito à tarde a pauta foi retomada com a  
93 solicitação do dia anterior. **III Item - Aprovação do Resumo Executivo da centésima**  
94 **septuagésima terceira assembléia.** Aberto para as observações, o Resumo  
95 Executivo foi aprovado com algumas ressalvas. **Item IV – Debate Sobre o Plano**  
96 **Nacional dos Direitos Humanos.** A Sr<sup>a</sup> Paula, representante da Secretaria Especial  
97 dos Direitos Humanos falou o quanto era importante para a Secretaria esta  
98 apresentação e discussão com a continuidade e com a participação no processo da  
99 construção do Programa Nacional e explicou de um modo geral o que é o programa e o  
100 que a Secretaria pretende com ele. Disse que o primeiro programa foi lançado em mil  
101 novecentos e noventa e seis, o segundo em dois mil e dois e neste terceiro, se  
102 pretende lançar diretrizes gerais, objetivos estratégicos e metas de uma política  
103 nacional dos Direitos Humanos, devendo ser um guia que vai pautar as políticas do  
104 governo no que tange essa questão e também criar bases para a construção da política

105 dos estados. Disse que a Secretaria deu extrema prioridade e importância na  
106 participação de todos os seguimentos, todas as áreas da Secretaria, o envolvimento do  
107 Governo Federal e de vinte e três Ministérios. Destacou algumas inovações e a revisão  
108 do programa em dois mil e sete que foi feita através da décima primeira Conferência  
109 Nacional dos Direitos Humanos. Informou que a base do programa são as Resoluções  
110 da décima primeira Conferência, os tratados internacionais, os compromissos e as  
111 conferências nacionais temáticas e que este, seja um programa que sirva de referência  
112 para o governo e não só para a Secretária Especial de Direitos Humanos. O Secretário  
113 Benedito lembrou sobre a proposta que a SPDCA fez para o conjunto do PNDH,  
114 específica de infância, na proposta do CONANDA com a SPDCA, uma das diretrizes é  
115 proteger e garantir o direito das crianças e adolescente por meio da consolidação das  
116 diretrizes do ECA e foi colocado a importância do Plano Decenal e da articulação das  
117 políticas de defesa da criança e a outra diretriz que é consolidar o sistema de garantia  
118 de direitos com foco no funcionamento efetivo dos Conselhos de Direitos. A  
119 Conselheira Mary sentiu falta de uma categoria que seria a religiosidade que poderia  
120 ser inserida no eixo de discriminação. A conselheira Paula respondeu que o programa  
121 trata da criança e adolescente em vários outros momentos e quanto as outras  
122 questões, gostaria de se não já está no combate a discriminação e se não estiver, será  
123 incluído o direito a manifestação, e também combate a discriminação. **Informes sobre**  
124 **as Deliberações da Conferência.** A Conselheira Júlia informou que tiveram duas  
125 reuniões da Comissão: a videoconferência e a teleconferência que foi bem  
126 acompanhada pelo portal. Disse ter sentido falta de um número maior de Conselheiros  
127 do CONANDA e seria interessante que na próxima pudesse identificá-los. Foi aprovada  
128 na videoconferência a realização da segunda teleconferência que vai ser específica  
129 sobre os eixos temáticos, que são cinco e está sendo discutida a data do dia oito de  
130 julho. Foi feita a discussão do plano operacional da oitava conferência para fazer o  
131 levantamento incluindo os custos e foi debatida a garantia de alimentação e  
132 hospedagem para todos os delegados ficando os Estados com as passagens dos seus  
133 delegados. Uma preocupação para a comissão no momento é a questão dos  
134 palestrantes e da mesa de abertura. Foi questionado o critério de escolha dos estados  
135 do NE para a realização das conferências municipais e a Conselheira Júlia esclareceu  
136 que foram escolhidos onde havia maior dificuldade de articulação, para eles estarem  
137 participando das conferências. Houve uma grande discussão em relação a  
138 apresentação cultural dentro da Conferência e como não chegaram a um consenso  
139 ficou encaminhado que fosse feita uma reflexão mais aprofundada para o mês  
140 seguinte. Ficou encaminhado refletir na comissão, a garantia de passagens para os  
141 não governamentais e trazer para a plenária de julho. O Conselheiro Francisco Brito  
142 propôs que a Comissão Organizadora discuta e apresente na próxima assembléia uma  
143 proposta de aprofundamento do tema estabelecido na oitava Conferência para os  
144 conselheiros do CONANDA nivelarem a discussão para acompanhamento da etapa  
145 Estadual e Nacional e considerando as dificuldades de entendimento apresentadas por  
146 diversos municípios no cumprimento do processo de construção coletiva das diretrizes  
147 da Política Nacional e que muitas de suas produções nas Conferências realizadas  
148 foram deliberadas na forma de propostas pontuais, a Comissão Organizadora deve  
149 analisar esta situação, planejando estratégias de condução e tratamento das propostas  
150 apresentadas, assegurando intervenções metodológicas para garantir o resultado  
151 previsto de formulação da Política Nacional, em cumprimento do objetivo da  
152 Conferência, tendo sido aprovada a proposta. **Item V – Informe Sobre a Primeira**  
153 **Conferência Nacional de Segurança Pública.** A Sr<sup>a</sup> Maria Ana Carvalho, da  
154 Secretaria Executiva do MJ, fez um breve informe e em seguida apresentou slides para  
155 contextualizá-los e deixou alguns materiais mais específicos com relação aos públicos  
156 criança e juventude. Disse que os resultados esperados dessa conferência são redes



157 sociais e institucionais fortalecidas e consolidadas. Apresentou o texto base dizendo  
158 ser uma proposta diferente de algumas conferências e que ele é um ponto de partida  
159 com caráter pedagógico. Foi questionado sobre qual o critério de se pensar em  
160 municípios à cima de 200 mil habitantes, sobre os convidados e quantas vagas teria  
161 para o CONANDA. Foi esclarecido com relação aos municípios, que nas outras  
162 conferências, tradicionalmente não trazem representantes diretamente dos municípios,  
163 há filtragem dos estados. Nessa conferência, a inovação é que estão trazendo  
164 diretamente de municípios já que o recorte dessa primeira conferência nacional é um  
165 recorde de violência e criminalidade urbanas. Com relação às vagas dos conselhos  
166 ainda não tem uma estratégia definida mais em princípio serão convidados os órgãos  
167 federais que estão vinculados. O Presidente Fábio informou que a conselheira Helen se  
168 encontrava na posse do ex-Conselheiro Onofre, em Natal, como representante do  
169 CONANDA e também a conselheira Lourdes, justificou a ausência por estar em uma  
170 atividade relativa também à criança e o adolescente da saúde, representando o  
171 Ministério da Justiça. Foi encaminhado o envio de um ofício parabenizando. **Item VI -**  
172 **Apresentação do Plano Emergencial do Sistema Sócio Educativo do Estado do**  
173 **Espírito Santo.** O Dr. Ângelo trouxe um relatório do compromisso assumido  
174 informando que no período da visita do CONANDA, tiveram também a visita do CNJ do  
175 Espírito Santo, quando foi feita uma ação do CNJ com o TJ, num mutirão que resultou  
176 na conclusão de duzentos e vinte e um processos e com a liberação de cento e oitenta  
177 e oito adolescentes. Foi firmado também um convênio com a OAB, a Defensoria  
178 Pública e o Tribunal de Justiça para que fossem nomeados advogados ativos para  
179 fazer a defesa dos adolescentes enquanto se faz o concurso público, sendo que no  
180 momento, é o que o governo tem condições de assumir como compromisso imediato.  
181 No campo das obras a Dr<sup>a</sup> Silvana detalhou um pouco o que foi feito em termos de  
182 reforma passando o que estavam trazendo de resposta para o CONANDA, as  
183 recomendações e as solicitações de providencias imediatas da época da  
184 descentralizada realizada no Espírito Santo. No relatório foi feita uma contextualização  
185 trazendo um breve histórico sobre o atendimento sócio educativo no Espírito Santo e  
186 nesse histórico foi feito um destaque de que só com a lei complementar 214 publicada  
187 no Diário Oficial em dois mil e cinco, foi que o atendimento sócio educativo passou pelo  
188 seu primeiro re-ordenamento jurídico e organizacional. Trouxeram também um item no  
189 relatório sobre o cenário atual onde o destaque é sobre o aumento excessivo do  
190 número de internação dos adolescentes em conflito com a lei, em virtude da baixa  
191 implantação dos programas de medidas sócio educativas em meio aberto. Veio  
192 também no relatório, medidas concretas em relação a visita do CNJ onde foram  
193 pactuadas várias ações entre o sistema sócio educativo estadual e o sistema de justiça  
194 para que pudessem assegurar maior agilidade nos procedimentos judiciais. Assumiram  
195 nesse relatório, ser ainda no Estado do Espírito Santo uma cultura vigente da  
196 internação do adolescente em conflito com a lei que necessita dessa reversão no  
197 sentido de se aplicar medidas sócio educativas de internação conforme está colocado  
198 no estatuto da criança e do adolescente, reconhecendo que isso é uma  
199 responsabilidade de todos. Destacou também com relação à internação provisória no  
200 estado do Espírito Santo que não tinha unidade tendo sido construída uma. Foi  
201 informado que no primeiro movimento que tanto o sistema penitenciário como o sócio  
202 educativo fazem, nesse primeiro momento ainda de reestruturação do sistema, é fazer  
203 uma proposta para o banco interamericano de desenvolvimento para financiar a infra-  
204 estrutura e somente no PPA de dois mil e oito a dois mil e onze é que o Estado do  
205 Espírito Santo está conseguindo organizar efetivamente essa estrutura da política  
206 pública de atendimento sócio educativo. A outra atividade também com recurso do  
207 tesouro estadual é do espaço educativo chamado de espaço para desenvolvimento das  
208 atividades de escolarização, profissionalização e cultura. Informou que a equipe tem



209 trabalhado com um processo de articulação com a política de assistência estadual e os  
210 municípios de Cachoeira, Guaratigua, Guarapari, Linhares, Serra, Viana, Vila Velha e  
211 Vitória fizeram a adesão e o aceite ao processo de financiamento das medidas sócio  
212 educativas em meio aberto do MDS é muito importante. Disse que tem sido feito o  
213 movimento de articulação dessas duas políticas, SINASE e SUAS tendo como  
214 parcerias, o SENAI e SENAC com contratos assinados. Nas considerações trouxeram  
215 repúdio também com a questão da morte dos adolescentes, trazendo toda a  
216 documentação que comprova todas as providencias tomadas como instituição,  
217 inclusive oferecendo denúncia ao Ministério Público oficiando a chefatura de policia  
218 civil, para que se empenhe no sentido de apurar essas questões. Prometeram manter  
219 os conselhos de Direitos Humanos como CONANDA, informados em relação a todos  
220 os procedimentos anotados. A conclusão do exposto foi colocada em três parágrafos:  
221 O reconhecimento do desafio posto à frente da instituição IASIS e do próprio governo  
222 do Estado, no sentido de alterar o panorama que se faz presente no ambiente sócio  
223 educativo. É inegável a existência de fatores desfavoráveis à gestão do atendimento  
224 sócio educativo conforme preconiza o SINASE e o estatuto, porem também inegável  
225 que se faz um esforço conjunto e concomitante da atual gestão e do governo do Estado  
226 no sentido de aprimorar cada vez mais o atendimento ao adolescente em conflito com  
227 a lei. O esforço institucional concentra-se no sentido de consolidar a política pública de  
228 atendimento ao adolescente em conflito com a lei firmando-se em conjunto com as  
229 demais instituições, instrumentos de garantia individuais e eficazes e catalisadores de  
230 ações concretas que visem a instituição com a preservação do sistema de garantia de  
231 direitos principalmente do que tange ao adolescente em conflito com a lei.  
232 Complementando, o Secretário Dr. Ângelo esclareceu que em relação às celas  
233 metálicas, lamentavelmente os gestores públicos às vezes, têm que buscar soluções  
234 imediatas para os problemas que se apresentam e a questão de celas metálicas do  
235 Espírito Santo não é privilégio somente do Espírito Santo, existindo celas metálicas em  
236 Santa Catarina e Pará. Com relação ao SEASI a Secretaria de Segurança Pública do  
237 Espírito Santo assumiu com o CONANDA, o compromisso de fazer os reparos, mais  
238 que a solução será a construção do centro integrado. Disse ter grandes desafios para  
239 tentar dar solução a essas questões a começar pelo reconhecimento da existência dos  
240 problemas. *Considerações e perguntas:* A Conselheira Miriam ficou preocupada com o  
241 que foi apresentado por entender que estando as ações previstas somente a partir de  
242 dois mil e dez, não seria um plano emergencial e sim uma resposta à curto prazo.  
243 Ainda em relação ao plano, questionou sobre as meninas que estão nos mesmos locais  
244 que os meninos. Sobre a alimentação, se os funcionários não se alimentam da mesma  
245 alimentação dos adolescentes ela prefere acreditar no que viu e também tem que ser  
246 trabalhado para que seja responsabilizado o gestor pela morte ou violação de direitos  
247 de qualquer adolescente dentro de uma unidade de internação. A Conselheira Glícia  
248 questionou se esse plano foi aprovado pelo Conselho Estadual De Direitos. O  
249 Conselheiro Carlos propôs que seja encaminhado um cronograma de compromisso ao  
250 CONANDA, pois para as estruturas do governo estadual ficaria mais facilitada a  
251 descrição desse conjunto. O Conselheiro Francisco Brito, propôs que o MDS em  
252 conjunto com as instâncias locais de assistência social (Estadual e Municipais) e  
253 demais instituições responsáveis pelo Plano Emergencial fimassem agenda para  
254 discutir as dificuldades e estratégias para garantirem a oferta do serviço sócioeducativo  
255 em meio aberto de LA e PSC na região metropolitana de Vitória, bem como,  
256 acompanhar e apoiar a transferência dos adolescentes com deficiência para o  
257 abrigo sob a gestão da Secretaria de Assistência Social local, tendo sido  
258 aprovada a proposta. O Dr Ângelo concordou que no afã de detalhar mais as ações  
259 não tiveram a preocupação de fazer um quadro com as metas que foram estabelecidas  
260 em função da carta, embora elas estejam contempladas com a leitura mais detalhada,



261 mas se comprometeu a fazer isso começando pela questão da alimentação. Com  
262 relação aos prazos de construção, as quatro unidades serão construídas, todas elas já  
263 estão com orçamento publicado, todas elas têm um prazo de construção de dez meses  
264 a partir da ordem de serviço. Com relação à apresentação do plano ao conselho  
265 estadual não foi feita ainda, por quê a discussão com o Ministério Público só terminou  
266 na noite anterior, não tendo havido tempo hábil. Em relação à questão das mortes dos  
267 adolescentes, disse que é uma questão que muito atormenta, razão pela qual, estão  
268 em cima acompanhando o processo de investigação. No entendimento da Conselheira  
269 Júlia, o governo do estado deveria encaminhar a possibilidade de ter um decreto para  
270 não receber mais adolescentes, e o outro encaminhamento, que o CONANDA também  
271 encaminhe a SETAS uma agenda para que a SETAS, enquanto secretária que é  
272 responsável pela política de assistência, assuma imediatamente as pessoas com  
273 deficiência da UNAED. Aproveitou a presença do Secretário e como Presidente da  
274 Comissão da 8ª Conferência, solicitou o empenho da Secretaria de Justiça do Estado  
275 para garantir a delegação do Espírito Santo nessa conferência que é de grande  
276 importância para esse país onde estarão juntos todos os conselhos construindo o plano  
277 decenal para a política nacional da criança e adolescente. Foi informado que aconteceu  
278 uma reunião com o FONACRIAD que pediu um espaço na agenda do CONANDA  
279 tendo ficado acordado para a agenda de julho, tratar da implementação do SINASE no  
280 país e tirar medidas coletivas não só em casos isolados. Houve uma proposta de  
281 encaminhamento no sentido de que o CONANDA encaminhe a CETAC, SETADES  
282 para que eles apresentem uma proposta para dar uma solução para os adolescentes  
283 com deficiência que estão lá no centro de internação. O Presidente Fábio voltou ao  
284 encaminhamento sobre a Comissão da 8ª Conferência. A proposta é que será  
285 encaminhada uma relação com os nomes dos estados e as datas por e-mail para que  
286 os conselheiros e conselheiras marquem os nomes que desejarem. Também um outro  
287 item acordado foi que quem estiver mais próximo do estado estará representando o  
288 CONANDA. Encerrada essa parte, o Presidente Fábio precisando se ausentar solicitou  
289 a Conselheira Glícia que faz parte da mesa diretora, que assumisse a presidência da  
290 plenária para concluir os trabalhos. Em seguida, foi feita uma **comunicação em**  
291 **relação à programação orçamentária de dois mil e dez** e aspectos quantitativos e  
292 qualitativos para o CONANDA e também a reorganização do processo orçamentário de  
293 dois mil e nove e nesse sentido foi solicitado que seja realizada uma reunião  
294 extraordinária da COF até antes do dia dez para recebimento das demandas diversas  
295 das comissões. O Conselheiro André informou que o CONANDA o legitimou para ser  
296 representante em Rondônia mais não foi possível como previsto, no entanto, estará  
297 presente de cinco a oito de julho e em Macapá de vinte e cinco a vinte e oito na  
298 conferência, para uma presença no Conselho Estadual. Na seqüência foi feita a **leitura**  
299 **do parecer contrário ao procedimento denominado "toque de recolher"**, adotado  
300 em algumas Comarcas e Municípios do País, violando direitos previstos no Estatuto da  
301 Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. O parecer contrário ao "toque de  
302 recolher", cujo o relator foi o conselheiro Ariel de Castro Alves, pela Comissão de  
303 Direitos Humanos e Legislação do Conselho, foi aprovado com algumas sugestões de  
304 redação feitas pelos demais conselheiros na plenária. O texto ficou de ser revisto pelo  
305 conselheiro Ariel e pela Secretaria Executiva, para ser encaminhado para a mesa  
306 diretora para publicação e divulgação através do Portal dos Direitos da Criança e da  
307 Assessoria de Comunicação da SEDH. O **outro encaminhamento foi no sentido de**  
308 **enviar um ofício ao CNJ** solicitando uma pauta conjunta para a reunião de julho ou  
309 uma data anterior. **Informes Gerais**, antes do encerramento, a Conselheira Núbia  
310 informou que juntamente com as Conselheiras Maristela e Mary, representariam o  
311 CONANDA na CONAPIR e na semana seguinte, na CONAETI e na reunião do Plano  
312 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária representados na CONAETI e FNETI

313 por Miriam e Nubia. Também o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil  
314 chamou para uma reunião no dia primeiro de julho cuja pauta é a avaliação do doze de  
315 junho, que é o dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil e os representantes  
316 terão que fazer uma avaliação e trazer um retorno para o Conselho. A conselheira  
317 Glícia quis deixar registrado em ata a respeito do e-mail e da nota pública do Estado de  
318 Sergipe com relação à medida sócio educativa lá no SENAN e agradecer a confiança  
319 que tiveram em aguardar que fosse verificado em loco. Disse que o relatório foi  
320 concluído mais ainda faltam subsídios que não foram fornecidos pelo Conselho  
321 Estadual e pelo Conselho Municipal, devendo trazer dados concretos e fatos  
322 documentados sendo que entregaria neste momento ao CONANDA o que tinha em seu  
323 poder. Um último informe foi sobre a tragédia do Piauí, um desabamento de uma  
324 barragem que culminou com a morte de crianças. Outro Informe, da Comissão  
325 Intersetorial que tem demanda e vão mandar relatório. Foi sugerido em relação aos  
326 itens que ficaram para serem debatidos posteriormente na reunião conjunta com o  
327 CNAS, que seja feito um seminário ou oficina com o GT Nacional para a Convivência  
328 Familiar e Comunitária, discutindo essas temáticas a fim de desencadear uma  
329 proposta. A Conselheira Glícia deu por encerrada a plenária.

330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337

  
Carmen Silveira de Oliveira  
Presidente